



Os Usos do Passado na Escrita de Si: A Memória da Revolução de 1930 em Goiás na Autobiografia de Pedro Ludovico Teixeira¹

Rildo Bento de Souza²

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar a (re)construção do passado no discurso autobiográfico presente na obra “Memórias” de Pedro Ludovico Teixeira, que foi um médico e político goiano. Nessa análise, partimos do pressuposto de que o passado foi utilizado pelo autor como uma forma de crítica ao presente, já que a obra fora publicada em 1973, quando o autor estava cassado e com os direitos políticos suspensos pelo AI-5. Para situar a crítica, o autor destaca sua participação na Revolução de 1930, quando conseguiu chegar ao poder. Ademais, pretende-se discutir questões metodológicas em relação à autobiografia.

Palavras-Chave: memória, autobiografia, revolucionário, Goiás.

The Uses of the Past in Self-Writing: The Memory of the Revolution of 1930 in Goiás in the Autobiography of Pedro Ludovico Teixeira

Abstract: The objective of this article is to analyze the (re)construction of the past in the autobiographical discourse present in the book “Memórias” by Pedro Ludovico Teixeira, who was a Goian physician and politician. In this analysis we start from the assumption that the past was used by the author as a form of criticism to the present, since the work was published in 1973, when the author was canceled and with the political rights suspended by the AI-5. To situate the critic, the author highlights his participation in the Revolution of 1930, when he was able to come to power. In addition, we intend to discuss methodological issues in relation to autobiography.

Keywords: Memory. Autobiography. Revolutionary. Goiás.

Introdução

Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979) foi um médico e político goiano. Alçado ao poder em Goiás por meio da Revolução de 1930 desempenhou a função de interventor e governador do Estado até 1945. Foi senador, governador e novamente senador até 1968, quando teve os direitos políticos cassados por meio do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O seu principal feito político ocorreu no seu primeiro governo quando construiu Goiânia, projetada para ser a capital do Estado, retirando-a da cidade de Goiás, em 1937.

¹ Versão estendida de parte do primeiro capítulo da tese de doutoramento intitulada “A história não perdoa os fracos’: o processo de construção mítica de Pedro Ludovico Teixeira”, defendida em 2015 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, sob a orientação da Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (OPGH/UFG). Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG).



No ostracismo, após perder o mandato de senador, Pedro Ludovico dedicou-se a escrever a sua autobiografia, lançada em 1973. Nela narrou sua trajetória política dedicando um grande espaço à sua participação no processo revolucionário de 1930. Esse artigo tem o objetivo de analisar a construção do discurso revolucionário na narrativa de Pedro Ludovico; pressupomos que a importância dessas memórias na autobiografia seja uma forma de se contrapor ao regime de exceção então em vigor.

O Livro Memórias

Em 1973 Pedro Ludovico publicou a sua autobiografia denominada Memórias. Nas palavras do próprio autor, o objetivo da obra era o de se “fazer ouvir”. Com o mandato de senador cassado desde 1968, pelo AI-5³, isolado politicamente e sem o protagonismo político que marcara a sua vida desde 1930, Pedro Ludovico recolheu-se em sua casa, em Goiânia, e retornou timidamente à medicina, campo onde sempre se manteve atualizado e cuidou, também, da sua fazenda em Rio Verde. Durante esse período de ostracismo ele escreveu a sua autobiografia, que é, antes de tudo, um “texto político e de protesto que, além de ‘voltar ao passado’ para reconstruir sua imagem, evidencia os confrontos, os debates e os ressentimentos que Ludovico sentia diante da situação política que enfrentava”, principalmente, pela cassação e a suspensão dos seus direitos políticos pela Junta Militar por dez anos (FERNANDES, 2003, p. 20).

As memórias de Ludovico contêm registros, opiniões e ideias que marcaram sua época; lembra os acontecimentos de um mundo que se desenrolava à sua frente, diante do qual via-se obrigado a agir. Não se tem notícia de um governador que tenha se preocupado em anotar, ao final de cada expediente, os acontecimentos diários, o que, mais uma vez, o coloca sob a influência de Getúlio Vargas, que fez um relatório de 1.200 páginas, no período que antecedeu a Revolução de 1930 até 27 de setembro de 1942 (...) Contudo, Pedro Ludovico, ainda que tenha anotado os acontecimentos de cada dia, ao escrever um livro de memórias, em 1973, procurou filtrar os fatos, selecionando-os como em qualquer biografia. Para além

³ Sobre o AI-5, as reflexões de Boris Fausto (2010) são esclarecedoras: “O AI-5 foi o instrumento de uma revolução dentro da revolução ou de uma contrarrevolução dentro da contrarrevolução. Ao contrário dos Atos anteriores, não tinha prazo de vigência. O presidente da República voltou a ter poderes para fechar provisoriamente o Congresso, o que a Constituição de 1967 não autorizava. Restabeleciam-se os poderes presidenciais para cassar mandatos e suspender direitos políticos, assim como para demitir ou aposentar servidores públicos. A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e de expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo. Um dos muitos aspectos trágicos do AI-5 constituiu no fato de que ele reforçou a tese dos grupos de luta armada, cujas ações se multiplicaram a partir de 1969. O regime parecia incapaz de ceder a pressões sociais e de se reformar, seguindo cada vez mais o curso de uma ditadura brutal” (FAUSTO, 2010, p. 265).



da simples transcrição, suas anotações traduzem valores, ideias, tradições e comportamentos que permitem tanto recuperar formas de ser e agir do seu grupo social, naquela época histórica, como também passa a operar sobre as representações que desses momentos ainda perduram e que atuam como elemento da harmonia social (BARRETO, 2001, p. 22-23).

Em 1973, finalmente, seu livro é publicado e de acordo com a nota “esclarecimento ao leitor” da segunda edição, o editor Paulo Dias de Araújo ressalta que a “sua primeira edição não foi bastante para quem desejou um exemplar, a partir da noite de autógrafos, quando ele foi entregue ao público” (TEIXEIRA, 1973). Por isso, tiveram que garantir uma segunda tiragem menos de um mês depois da primeira. O sucesso foi explicado como um gesto de “gratidão de Goiás a quem dedicou toda a sua vida ao seu serviço, sem visar a interesses outros senão ao bem-estar comum, ao progresso de sua terra”.

A segunda edição foi feita pela Editora Cultura Goiana, criada para “editar e divulgar os escritores goianos”, sendo que a inauguração da editora ocorreu justamente com o livro “Memórias” de Pedro Ludovico, que ainda nas palavras do editor possui um “extremado amor a esta terra, [...] sua fidelidade aos amigos e a grande compreensão demonstrada com seus adversários e contraditores (porque inimigos ele não os tem, pelo menos entre os seus opositores)” (TEIXEIRA, 1973, p. 7-8).

E, são aos seus amigos que Pedro Ludovico credita o sucesso do seu livro:

Nada mudou para mim, mesmo tomando conhecimento do entusiasmo do responsável pela Editora Cultura Goiana, que distribuiu a primeira edição deste livro e se responsabilizou pela impressão da segunda. Mais do que no valor da obra, eu confiava – como confio – nos meus amigos que fiz ao longo de minha acidentada vida pública. A eles unicamente é que devo o que o meu editor chama de sucesso. Sem amigos eu não teria leitores (TEIXEIRA, 1973, p. 1).

O sucesso do livro reforçou o apelo que a figura de Pedro Ludovico exercia sobre Goiânia e seus habitantes. Em seu livro há uma apaixonada narrativa da sua trajetória pessoal e, principalmente, política, onde a memória pessoal intercala-se com transcrições de documentos ou testemunhos de amigos buscando dar credibilidade aos fatos narrados.

A autobiografia sempre procurou um espaço entre o discurso da história por seu feito memorialístico, sua relação com um certo passado e, sobretudo, por sua ficção de credibilidade, e o discurso do sujeito, pelo espaço egocêntrico que parecia instaurar. A autobiografia simula que todo o narrado é todo o acontecido. Esse efeito vincula a autobiografia com a história como discurso. No espaço autobiográfico, um eu, prisioneiro de si mesmo, proclama, para poder narrar sua história, que ele (ou ela) foi aquele que hoje escreve: é um fugir e um ficar (JOZEF, 1998, p. 299-300).

Outrossim, há que se ressaltar que “os processos da memória, a recordação e o esquecimento – e sua manifestação como literatura – implicam uma teoria ficcional do ato autobiográfico e do texto



que é sua consequência” (JOSEF, 1998, p. 299). Pelo contexto em que fora escrita, pressupomos que o objetivo de Pedro Ludovico com o livro era o de criar mais um marco, a fim de garantir, para além do seu espaço na história e na memória, a perpetuação do seu discurso e da sua versão dos fatos, tecendo uma trama que tinha por objetivo o reconhecimento e a exaltação dos seus feitos. Nesse sentido, Pedro Ludovico se enquadra no termo cunhado por Jacques Le Goff (2003, p. 422), um “senhor da memória e do esquecimento [que] é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas”.

Ademais, por meio da biografia e, principalmente, da autobiografia, os indivíduos podem se colocar diante da história e por meio da memória consolidar determinada narrativa. É nesse sentido que o gênero autobiográfico se constitui como “uma narrativa oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem” (ALMEIDA, 2014, p. 294), podendo ser compreendida como uma “criação artificial de sentido”, uma vez que há uma seleção intencional dos “acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência” (BOURDIEU, 2006, 185).

Fabiana Fredrigo (2004) analisou o gênero autobiográfico a partir do conceito de representação. Nessa perspectiva:

O campo da representação de si permite a ‘invenção’, pois escrever de si para outrem é, na maior parte das vezes, assumir uma persona. A narrativa pode conviver com falhas e enganos, nutrir-se de ambos e sobreviver a eles; isso porque o universo da criação narrativa está circundado por escolhas orientadas pela realidade daquele que escreve (FREDRIGO, 2004, p. 15).

Nessas “escolhas orientadas” o contexto também exerce forte influência na narrativa autobiográfica. Em 1973, Pedro Ludovico se considerava vítima de uma arbitrariedade, ao ter o seu mandato de senador cassado e os seus direitos políticos suspensos por dez anos. Sua autobiografia é o espelho desse momento. Ao construir a sua narrativa e selecionar os fatos, Pedro Ludovico prioriza a política. Se o Golpe Militar de 1964 dizia que era uma revolução, Pedro esmiúça o que ele considera revolução (a de 1930, na qual foi protagonista em Goiás) e detalha o seu papel como um revolucionário. É sutil a forma como ele constrói uma crítica ao regime de exceção por meio da sua vida, sem nenhum embate direto com os militares.

Das trezentas e treze páginas do livro, Pedro Ludovico preenche dez para discutir a Revolução de 1930, mais especificamente apenas o mês de outubro. Isso evidencia o grau de importância desse evento dentro das suas memórias. Igualmente, observa-se que, a título de



comparação, os primeiros quinze anos da vida de Pedro Ludovico ocupam somente quatro páginas. O seu livro, portanto, não é uma autobiografia tradicional, é uma biografia política. A sua maior preocupação é mostrar o seu legado político. De 1891 a outubro de 1930, por exemplo, apenas vinte e cinco páginas são gastas para narrar a sua trajetória durante trinta e nove anos; um pouco mais que o dobro do que ele gasta para contar, pormenorizadamente, como ocorreu o processo revolucionário e como ele chegou ao poder.

Pressupomos que para Pedro Ludovico, a sua vida só fazia sentido dentro do campo de ação política; que a fase de sua vida que valia a pena contar, que o tornava diferente dos demais homens, era aquela em que ele detinha o poder, ou seja, de 1930 a 1968. Isolado e com os direitos políticos suspensos, Pedro Ludovico, possivelmente, viu que a sua autobiografia o recolocaria, pelo menos na memória de quem o lesse, dentre os grandes personagens da história política de Goiás. “A autobiografia é a experiência textual de alguém que quer contar sua vida para dizer quem é. Toda obra é uma forma de escrever-se, de permanecer nos espaços da memória, na arqueologia da recordação” (JOZEF, 1998, p. 298-300).

A vida de Pedro Ludovico era a política, e a sua vida antes da política não merecia longas narrações, nem profundidade. Nos seus primeiros trinta e nove anos de vida, narrados nas primeiras vinte e cinco páginas, observamos apenas a construção do caráter e da carreira de um indivíduo: a educação em Goiás e no Rio de Janeiro, a volta, o trabalho, o casamento, e o início da participação política. Sua vida estava intrinsecamente ligada aos seus feitos políticos. A sua memória, portanto, não dizia respeito somente a si mesmo, era a memória de uma cidade criada por ele, Goiânia, e a memória de um Estado que só conseguiria, até então, alguma projeção nacional nos seus governos. Nessa perspectiva, seu livro foi pensado para colocar o leitor frente à construção de um indivíduo singular, e às vezes, onipresente. Seus dramas privados são escondidos para dar lugar ao homem público.

A Revolução de 1930

O contexto político nacional foi determinante para que Pedro Ludovico fosse alçado ao poder. A eleição nacional estava polarizada entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas, representante da Aliança Liberal. O primeiro gozava do apoio do Presidente e de vinte, dos vinte e três Estados da Federação. O segundo era apoiado pelo Rio Grande do Sul, seu Estado de origem; Paraíba, Estado de



João Pessoa, seu vice; e Minas Gerais, que romperá com a “política do café com leite”⁴ com São Paulo, devido à indicação de Júlio Prestes a presidência e não um político mineiro.

A Constituição Republicana de 1891 excluía o direito ao voto de grande parcela da população. Não podiam, por exemplo, votar os analfabetos (a grande maioria do povo brasileiro), as mulheres (que só conseguiriam esse direito em 1932), os mendigos, os soldados, e os membros das ordens religiosas. Na primeira eleição para presidente do Brasil, por exemplo, em 1894, votaram apenas 2,2% da população. Na última eleição da Primeira República, em 1930, compareceram apenas 5,6% da população. Isso possibilitou “a formação de sólidas oligarquias estaduais, apoiadas por partidos únicos, também estaduais” (CARVALHO, 2006, p. 40-41).

O chefe político local, pertencente a essas oligarquias eram denominados de coronéis. E o coronelismo era a consequência “da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada” (LEAL, 1948, p. 20). As eleições eram marcadas por muita violência, tanto por parte da situação quanto da oposição, e pela completa falta de credibilidade. “O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito” (CARVALHO, 2006, p. 42). Geralmente, os vitoriosos eram aqueles que se alinhavam ao projeto nacional e mantinham relações bem sólidas com o Presidente do País.

Nesse cenário, a vitória de Júlio Prestes não representou nenhuma surpresa, inclusive, como de praxe, com a contestação do resultado pelos derrotados. Descontentes, alguns setores da Aliança Liberal buscaram uma aproximação com o movimento tenentista⁵. Em meio a conspiração revolucionária, em 26 de julho de 1930, João Pessoa, candidato a vice de Getúlio Vargas, fora assassinado em Recife, por motivos passionais e não políticos, porém, mesmo assim “ele foi transformado em mártir do movimento que se articulava. Nos meses seguintes, a conspiração recrudescer com a adesão de importantes quadros do Exército” (FERREIRA; PINTO, 2003, p. 406).

⁴ Alternância do poder central entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais.

⁵ Em junho de 1922, “o Clube Militar lançou um protesto contra a utilização pelo governo de tropas do Exército para intervir na política local de Pernambuco. Como resposta, o governo determinou o fechamento do Clube Militar, com fundamento em uma lei contra as associações nocivas à sociedade. Esses fatos precipitaram a eclosão do Movimento Tenentista, assim conhecido porque teve como suas principais figuras oficiais de nível intermediário do Exército – tenentes em primeiro lugar e capitães” (FAUSTO, 2010, p. 172). “Embora de natureza estritamente militar e corporativista, o tenentismo despertou amplas simpatias, por atacar as oligarquias estaduais. [...] Os “tenentes” tinham uma concepção política que incluía o assalto ao poder como tática de oposição. Mesmo depois de 1930, quando tiveram intensa participação política, mantiveram a postura golpista alheia a mobilização popular” (CARVALHO, 2006, p. 66).



A Revolução começou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul no dia 3 de outubro de 1930. Os focos de resistência em todos os Estados, compostos principalmente pelas oligarquias oposicionistas, fizeram com que a Revolução se alastrasse rapidamente. Em 24 de outubro, generais do Exército depuseram Washington Luís da Presidência da República, criando uma Junta Provisória de Governo. Embora tenham tentado permanecer no poder, a Junta Provisória passou o cargo para Getúlio Vargas em 3 de novembro de 1930, sob pressão dos revolucionários. A esse processo deu-se o nome de Revolução de 1930. No âmbito do pensamento político, por Revolução entendemos “à tomada ilegal, usualmente violenta, do poder que produz uma mudança fundamental nas instituições de governo” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996, p. 663). Tal fato não foi evidenciado durante o episódio que marcou a saída de Washington Luís e a emergência de Getúlio Vargas ao poder.

Inúmeros historiadores analisaram a Revolução de 1930 e a trataram por este termo, e não simplesmente como um golpe, que é o que ela, de fato, representou. A própria divisão da história da República em denominar o período anterior a ela de República Velha ou Primeira República, evidencia que a base ideológica desse episódio da história brasileira é muito mais complexa do que se supõe. A historiadora Sônia Regina de Mendonça, por exemplo, trata o termo Revolução de 30 entre aspas, ressaltando que o que de fato ocorreu foi um golpe que, por sua vez, resultou no deslocamento da “[...] da tradicional oligarquia paulista do epicentro do poder, enquanto que os demais setores sociais a ele articulados e vitoriosos não tiveram condições, individualmente, nem de legitimar o novo regime, nem tampouco de solucionar a crise econômica” (MENDONÇA, 1990, p. 322).

A partir de 1930, portanto, o que se viu foi “uma troca da elite do poder, sem grandes rupturas. Caíram os quadros oligárquicos tradicionais; subiram os militares, os técnicos diplomados, os jovens políticos e, um pouco mais tarde, os industriais” (FAUSTO, 2010, p. 182). Pedro Ludovico encaixa-se no quesito dos “técnicos diplomados”, já que era médico, e também o dos “jovens políticos”. Ou seja, pertencia a um grupo que se encontrava completamente alijado do poder até 1930. Mas se não há consenso quanto à denominação de “revolução” para designar o fato histórico, isso também não ocorre para os seus integrantes. Os personagens que emergiram desse processo, do qual Pedro Ludovico é um exemplo, taxaram-se a si próprios como revolucionários.

Nesse sentido, de acordo com o historiador Nóe Freire Sandes, a maioria dos escritos sobre a Revolução de 1930 “está vinculada ao desejo de memória, alimentado pelos homens que



participaram do movimento. Portanto, memória e pensamento histórico partilham da árdua tarefa de interpretação do passado” (SANDES, 2003, p. 153). Ao ressaltar sua proeminência durante o processo revolucionário, Pedro Ludovico utiliza, constantemente, o subterfúgio da memória. Uma “memória histórica”, que na acepção de Maurice Halbwachs (1990) é a formação de uma memória oficial, ou institucional, que é imposta a partir da manipulação do poder, e é apropriada e ressignificada pela história.

Nesse duelo das forças da memória, o espólio da Revolução de 1930 foi tomado por Pedro Ludovico, que o empunhou como uma bandeira de si próprio até o fim da vida. O silenciamento, ou as zonas de sombra do passado, as quais foram alocadas os decaídos, ou seja, aqueles que foram alijados do poder a partir de outubro de 1930, evidencia que nesse duelo apenas a versão “ludoviquista” prevaleceu. Nesse discurso, Pedro Ludovico aparece como o mito fundacional⁶, a gênese de uma história gloriosa que se desenrolaria a partir de então.

A Construção do Revolucionário na Autobiografia de Pedro Ludovico

Apesar de fértil, a autobiografia é um terreno um pouco sinuoso para o historiador, uma vez que “não se trata do passado como foi, mas daquele que ficou na memória ou ainda que foi selecionado pelo narrador – de forma mais consciente ou menos – para tornar-se escritura” (BARROS, 2016, p. 49). No caso de Pedro Ludovico, um político de expressão em Goiás, a seleção dos fatos, pressupomos, obedeceu, antes de tudo, a um projeto de projeção na memória local, ou seja, ao escrever sua autobiografia ele quis se eternizar na memória do Estado, já que se encontrava não somente alijado do poder, mas também com a idade avançada. Sobre isso, Ecléa Bosi (2004) nos adverte:

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, “ideológico”, que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal; formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial, geralmente celebrativa (BOSI, 2004, p. 458).

Como já afirmamos anteriormente, em seu livro Pedro Ludovico narra, rapidamente, a sua infância; a vida que se descortinou no Rio de Janeiro, onde fora para estudar; a volta para o Estado

⁶ De acordo com Stuart Hall (2001), o mito fundacional é “uma estória que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que eles se perdem nas brumas do tempo, não do tempo ‘real’, mas de um tempo ‘mítico’” (HALL, 2001, p. 54-55).



de Goiás; a passagem por Bela Vista, Trindade, até chegar em Rio Verde; o casamento e por fim, a política, destacando o processo revolucionário em 1930.

[...] começamos a criticar os erros da política e da administração do Estado, onde imperava uma familiocracia. [...] Pouca gente tinha coragem de combater o Caiadismo. [...] As eleições eram um escárnio, uma brincadeira. [...] Aliás, isso acontecia no Brasil inteiro (TEIXEIRA, 1973, p. 27).

Antes de entrar no capítulo denominado de “Revolução de 1930”, Pedro Ludovico escreve sobre como era Goiás sob o domínio da família Caiado, tecendo um quadro estarrecedor. É interessante essa estratégia de escrita, pois com isso ele reforça o seu papel de antagonista dessa forma de se fazer política. Logo no início do referido capítulo, Pedro Ludovico já trata de urdir o contexto nacional com a sua participação no processo.

A Revolução estava em marcha. Os Presidentes paraibano, mineiro e gaúcho eram os seus principais chefes. Duas vezes foi marcada a data da explosão. Duas vezes fui convocado a Minas Gerais, para ser orientado. Duas vezes foi adiada. [...] No dia 4 de outubro de 1930, recebi, pela manhã, um telegrama do Dr. Diógenes Magalhães, de Belo Horizonte, nos seguintes termos: “Procuração segue urgente” e do Adelino, à tarde: “seguiu gasolina”, que significavam Revolução começou. [...] No dia 4 mesmo, tomei o meu carro, acompanhado de um motorista, e segui para Minas (TEIXEIRA, 1973, p. 34).

Nos primeiros parágrafos do referido capítulo, Pedro Ludovico vincula o seu nome ao alto escalão da Revolução. O discurso revela um personagem articulado, que tomou para si as rédeas da situação dentro do seu Estado. O fato de ter sido avisado com antecedência sobre o início do processo revolucionário o coloca nessa categoria.

[...] meu ótimo amigo [...] me arranjou um guia e cavalos, para que eu pudesse alcançar o rio Paranaíba [...]. Andei 50 quilômetros no mesmo dia e, ali chegando, ao escurecer, havia uma única canoa, cujo dono se recusou a nos transportar para o outro lado. Disse-me que, se o fizesse, seria castigado. [...] Tinha que atravessar o rio de qualquer forma. Dei-lhe cem mil réis e ele concordou. Quando chegamos do lado mineiro, já anoitecera. [...] [Em Uberlândia] procurei a residência do Dr. Diógenes Magalhães, revolucionário e coerente com a causa do movimento. [...] No dia imediato à minha chegada a Uberlândia, parti para a mesma região de onde tinha vindo [...]. Trazia comigo, além de alguns companheiros, que me esperavam em Uberlândia [...], mais vinte rapazes, que, espontaneamente, a mim se ofereceram para lutar [...] Parti adoentado de Uberlândia. Atravessamos o Paranaíba em um barco, [...] e depois de uma hora de marcha em território goiano tivemos o primeiro choque. A minha vanguarda encontrou-se em uma curva da estrada com um automóvel que conduzia seis soldados e um motorista. Não houve tempo para entendimentos e o tiroteio se estabeleceu entre os dois grupos (TEIXEIRA, 1973, p. 35-36).

A longa citação se justifica, primeiramente, por mostrar o discurso revolucionário de Pedro Ludovico, que tinha o objetivo de ressaltar as dificuldades enfrentadas por ele para montar a sua pequena tropa de cento e dez homens para lutar pela Revolução em Goiás. Ademais, evidencia, também, a falta de organização do processo, uma vez que Pedro Ludovico não conseguira amearhar



uma centena de aliados para lutar pelo ideal revolucionário dentro do seu próprio Estado. Somente o medo de lutar contra o “Caiadismo” não justifica a falta de uma oposição constituída, nem que seja por laços de amizade e compadrio, para se vincular nesse momento.

Até chegar a Rio Verde, Pedro Ludovico enfrentou resistência em Quirinópolis. A quatro quilômetros apenas do destino final, percebeu-se que “dos 110 homens da nossa força 40 haviam desertado, após o segundo tiroteio. Restavam-me setenta.” Quando finalmente estavam nos limites da cidade, perceberam “que as forças governistas ali tinham sido muito aumentadas, com soldados e paisanos” (TEIXEIRA, 1973, p. 36-37).

Continuando a marcha, fomos logo interceptados por uma intensa fuzilaria, a que resistimos duas horas. Terminada a nossa munição, o meu pessoal recuou, menos eu e dois companheiros, que se separaram de mim, cada qual procurando se salvar. Nós três não tínhamos possibilidade de alcançar os caminhões que nos conduziam. Ficando só, tentei abrigar-me, depois de arrastar-me pelo solo cerca de 500 metros, chegando a um pequeno bosque. Era tal a minha fadiga, que dormi imediatamente seis horas seguidas. Então, um menino, que estava à procura de um animal, me viu e foi avisar, na cidade, que havia um homem morto, onde se dera o combate. Poucos minutos depois, um grupo de 20 homens se acercou do lugar em que me encontrava, vindo atirando em todas as moitas. Despertei com os tiros e avistei o grupo. Levantei-me e um dos componentes, surpreso, me deu ordem de prisão (TEIXEIRA, 1973, p. 37).

Assim, chegou ao fim a participação de Pedro Ludovico no processo revolucionário. Os quinze dias restantes, até o dia 24 de outubro, quando foi transferido para a Cidade de Goiás, Pedro Ludovico passou na cadeia de Rio Verde. Ao chegar à Cidade de Goiás percebeu que os membros da família Caiado, ligados ao Senador Totó Caiado, haviam fugido, quando souberam da vitória da Revolução. Comunicado que uma coluna de revolucionários, comandadas pelo Dr. Carlos Pinheiro Chagas e Quintino Vargas, se aproximava da Capital de Goiás, vindos de Paracatu, Pedro Ludovico cancelou o envio de duzentos homens que havia pedido a Minas Gerais, por telegrafo, para garantir a segurança dos revolucionários goianos.

Logo após ocupar o Palácio Conde dos Arcos, sede do governo estadual, Pedro Ludovico foi empossado como um dos três membros da Junta Governativa, conforme decisão do alto escalão revolucionário, junto com o desembargador Emílio Póvoa e o Juiz de Direito da Capital, Dr. Mário de Alencastro Caiado, que embora da família era de oposição ao Totó Caiado. De acordo com Pedro Ludovico, na hora da posse “quis ceder a cadeira do centro ao Desembargador Póvoa, não só porque era o mais velho, senão também um Juiz muito íntegro, que gozava de ótimo conceito. Por insistência de Carlos Pinheiro Chagas, tomei esse lugar” (TEIXEIRA, 1973, p. 40).



Deve-se ressaltar que a memória seleciona os fatos que julga conveniente. Para Pedro Ludovico, a insistência de Carlos Pinheiro Chagas, do alto comando revolucionário, que o fez sentar na cadeira do centro, mesmo sendo o mais jovem dentre os três, revela que o seu papel foi central no desenrolar da revolução em Goiás. Esse pequeno gesto já indicava que em Goiás, principalmente com o contato constante com Minas Gerais, seu nome já figurava como o protagonista do processo revolucionário.

O ilustre mineiro [Carlos Pinheiro Chagas] tinha muito prestígio com a Revolução, não só devido à situação política de Minas, um dos maiores fatores da vitória, como por ter pegado em armas a seu favor. A Junta durou poucos dias, tendo sido eu nomeado Interventor Federal do Estado. Organizei logo o meu Secretariado [...] (TEIXEIRA, 1973, p. 41).

O discurso que Pedro Ludovico constrói ao descrever o prestígio de Carlos Pinheiro Chagas com a Revolução é emblemático, pois ele assinala o fato do médico mineiro ter pegado em armas e lutado efetivamente a favor dos ideais revolucionários. Ora, em Goiás ele também o pegara, e talvez por isso, fora o escolhido, dentre os três, para ser o Interventor Federal. Se o prestígio, portanto, fosse medido pelos atos de bravura, o conceito de Pedro Ludovico com o alto escalão revolucionário não era dos piores. Mesmo tendo sido apenas três combates, e lutado com cento e dez homens que foram se dispersando aos poucos, Pedro Ludovico conseguiu mostrar, na sua escrita, que era capaz de morrer pelos seus ideais, se preciso fosse, já que em combates que envolvem luta armada é impossível saber o resultado. Outro fator que mostra como o seu discurso revolucionário foi pensado a fim de exaltar os seus feitos é quando Pedro Ludovico afirma que saiu de Uberlândia doente. Quer maior demonstração de fidelidade e bravura? Ao analisar a referida obra, a historiadora Marilena Julimar Fernandes (2013) ressalta que:

Pela análise da obra *Memórias*, percebemos que Ludovico, de certa forma, sente-se vítima de um presente – Ditadura Civil Militar – que o prejudica e fere sua liberdade. Desta feita, constrói para si a imagem de um homem justo, honesto, inocente, mas, explicitamente, não rotula os militares. Entretanto, o ressentimento, o sentimento de hostilidade é manifesto na tentativa de reconstruir um passado em que acredita ter sido glorioso (FERNANDES, 2013, p. 56).

Esse passado glorioso de Pedro Ludovico foi conseguido devido a uma série de fatores históricos, que, independente da sua atuação, aconteceriam. O contexto nacional, com a vitória dos revolucionários, produziu os seus heróis locais em diversos pontos do País. Em Goiás, isso não seria diferente. No Estado, de acordo com livro *Memórias*, a Revolução de 1930 tinha nome e sobrenome: Pedro Ludovico Teixeira. Ademais, na sua autobiografia Pedro Ludovico reconstruiu o passado “ora



ignorando, ora dissimulando os momentos polêmicos que pretendia que fossem esquecidos”. No fim deveria prevalecer a “sua imagem de herói, de homem fora do comum, do homem-guia do Estado de Goiás” (FERNANDES, 2013, p. 78).

Para projetar sua figura, durante esse período em que fora aliado do poder, tal qual ocorrera à oligarquia dos Caiado, Pedro Ludovico não compara o antes e o depois de 1964. Sabiamente ele tece sua trama comparando o antes e o depois de 1930. Ao destacar sua importância para o Estado, Ludovico se movimenta no tempo como a afirmar sua coragem e que a própria história de Goiás, com a construção de Goiânia, um dia dependeram dela para se concretizar. Homem singular, com ares de mito. É esse o sentido que Pedro Ludovico impõe à sua autobiografia.

Considerações Finais

Esse artigo teve o objetivo de analisar a construção do “revolucionário” na autobiografia “Memórias”, de Pedro Ludovico Teixeira, contextualizando tanto a obra quanto os fatos narrados e, em ambos os casos, há o confronto do passado com o presente. Em relação à obra, publicada anos depois do seu autor perder os direitos políticos devido ao AI-5, Pedro Ludovico contrapõe o Golpe Militar de 1964 com os acontecimentos que culminaram na tomada do poder por parte de Getúlio Vargas em 1930.

Já os fatos narrados, detalhando sua participação na Revolução de 1930, teve o objetivo de consagrar sua atuação, dando a ela uma dimensão quase mítica. Ao revisitar o passado onde recorreu à luta armada e teve o protagonismo que o garantiu no poder por várias décadas, Pedro Ludovico sustentou que o presente – no caso em análise a década de 1970 – representou o contrário de tudo o que havia lutado.

Na trama das memórias, pressupomos que a história anterior a 1930 era a mesma que o pós 1964 desvelava, sua luta como um revolucionário tinha o objetivo de afirmar que era possível vencer aquele cenário e, ao esmiuçar sua participação no ocorrido, propunha o roteiro para que os outros pudessem se levantar.

Referências

ALMEIDA, Francisco Alves. A biografia e o ofício do historiador. **Dimensões**, v. 32, 2014.

ARAÚJO, Paulo Dias de. Esclarecimento do Editor. In: TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2 ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.



- BARRETO, Roseli de Fátima Brito Netto. **As estratégias da memória em Goiás: política cultural e criação do Museu Pedro Ludovico**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.
- BARROS, Mariana Luz Pessoa de. Lembrar, esquecer, memorizar, rememorar: memória e modos de existência. **Galáxia**, n. 33, set./dez., 2016.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2010.
- FERNANDES, Marilena Julimar. **Pedro Ludovico x Antônio (Totó) Ramos Caiado: memórias, ressentimentos, esquecimentos e silêncios (1930-1970)**. 2013. 152f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/3292/5/Tese%20-%20Marilena%20Julimar%20Ap.%20Fernandes%20-%202013.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2014.
- FERNANDES, Marilena Julimar. **Percursos de memórias: a trajetória política de Pedro Ludovico Teixeira**. 2003. 128f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003. Disponível em: <http://www.nephispo.inhis.ufu.br/sites/nephispo.inhis.ufu.br/files/files/bibliotecas/Dissertacoes_Marilena_Julimar_Fernandes.pdf>. Acesso em 19 jun. 2014.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano – o tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. A escrita de si no epistolário de Simon Bolívar: uma consagração da memória à história. In: SERPA, Élio Cantalício et al. (Orgs.). **Escritas da história: memória e linguagem**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- JOZEF, Bella. (auto)biografia: os territórios da memória e da história. In: LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Discurso histórico e narrativa histórica**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1998.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.
- LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1948.



MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e sociedade: a consolidação da República Oligárquica. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) **História geral do Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zaha, 1996.

SANDES, Noé Freire. 1930: Entre a memória e a história. **História Revista**, v. 8, n. 1-2, Goiânia, 2003.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. **Memórias**. 2 ed. Goiânia: Livraria e Editora Cultura Goiana, 1973.